



SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 55, DE 2014 (Nº 147/2014, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do inciso I do parágrafo único do art. 104 da Constituição, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Senhor LUIZ ALBERTO GURGEL DE FARIA, Juiz Federal do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, com sede na cidade de Recife, Estado de Pernambuco, para compor o Superior Tribunal de Justiça, no cargo de Ministro, na vaga destinada à Juízes Federais dos Tribunais Regionais Federais, decorrente da aposentadoria da Senhora Ministra Eliana Calmon Alves.

Brasília, 4 de junho de 2014.

Assinatura manuscrita em tinta preta, com uma letra inicial 'L' muito grande e decorativa, seguida por 'uis Alberto Gurgel de Faria'.

CURRICULUM VITAE

LUIZ ALBERTO GURGEL DE FARIA

I – DADOS PESSOAIS

Nome: Luiz Alberto Gurgel de Faria

Data de Nascimento: 08.07.1969

Estado Civil: Casado

Endereço Residencial: Rua Professor José Brandão, nº 410, Edifício Boulevard José Noronha - Apt.1601, Boa Viagem, Recife/PE, CEP: 51.020-180.

Endereço Funcional: Tribunal Regional Federal da 5ª Região, Av. Cais do Apolo, s/n, Recife/PE, CEP: 50.030-908. Fone: (81) 3425-9625.

Filiação: Clementino Mariz de Faria e Teresinha Gurgel de Faria.

Identidade: 775.516 - ITEP/RN, expedida em 26.07.84

CPF: 663.587.014-87

Título Eleitoral: 108.310.016/27 - 1ª Zona - Seção 72ª - Natal-RN

Doc. Militar: RA 24 081 236718-5 - Ministério do Exército

Cônjuge: Adriana Medeiros Gurgel de Faria

Filhas: Luana Medeiros Gurgel de Faria

Isabela Medeiros Gurgel de Faria

II – FORMAÇÃO ESCOLAR

Ensino Fundamental (Primeiro grau)

Iniciado no Colégio São Luís – Marista, em Recife/PE, em 1976, havendo a transferência, em 1977, para o Colégio Santo Antônio – Marista, em Natal/RN, sendo concluído em 1983.

Ensino Médio (Segundo grau)

Iniciado no Colégio Santo Antônio – Marista, em Natal/RN, em 1984, e concluído naquele mesmo estabelecimento de ensino, no ano de 1986.

III – FORMAÇÃO ACADÊMICA

Graduação em Direito

Iniciado em março/1987, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, havendo a transferência para a Faculdade de Direito do Recife (UFPE), no período de 1989 (2º semestre) a 1990, retornando para a UFRN no 1º semestre de 1991, ocasião em que concluiu o curso, sendo orador da turma.

Mestrado em Direito Público

Iniciado em dezembro/1996, na Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, em convênio com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN – e concluído em 25.11.1999, com a defesa da dissertação, cujo tema foi “O controle da constitucionalidade em face da omissão legislativa: instrumentos de proteção judicial e seus efeitos”.

Doutorado em Direito Público

Iniciado em Março/2007 e concluído em 16.03.2009 na Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, (Área de Concentração: Neoconstitucionalismo – Linha de Pesquisa: Estado e Constitucionalização do Direito), com a defesa da tese “A extrafiscalidade como forma de concretização do princípio da redução das desigualdades regionais”.

IV – CURSOS DIRETAMENTE RELACIONADOS COM A CIÊNCIA JURÍDICA

- 1) II Seminário Teotônio Vilela - Assembléia Nacional Constituinte - Natal/RN, 06 a 10.04.1987.
- 2) Seminário de Estudo e Defesa da Criança e do Adolescente - Natal/RN, 05 a 09.10.1987.
- 3) XV Encontro Brasileiro de Faculdades de Direito - Recife/PE, 13 a 16.10.1987.
- 4) Seminário de Direito Processual Civil - Natal-RN, 23 a 27.05.1988.
- 5) III Seminário Teotônio Vilela - A Nova Constituição - Natal/RN, 26 a 30.09.1988.

- 6) **Curso de Preparação de Magistrados**, Tribunal Regional Federal da 5ª Região, Recife/PE, 30.08 a 06.09.1993.
- 7) **Ciclo de Conferências "Deontologia da Magistratura"**, Tribunal Regional Federal da 5ª Região, Recife/PE, 02 e 03.12.1993.
- 8) **Ciclo de Estudos de Problemas Brasileiros - Módulo I: A Realidade Política Brasileira**, Conselho da Justiça Federal, Centro de Estudos Jurídicos, Brasília-DF, 23 e 24.03.1994.
- 9) **Seminário sobre a Modernização da Justiça Federal de 1ª Instância**, Conselho da Justiça Federal, Centro de Estudos Jurídicos, Recife/PE, 29 e 30.09.1994.
- 10) **Ciclo de Estudos Jurídicos em Homenagem ao Ministro Djaci Falcão**, Tribunal Regional Federal, 5ª Região, Recife/PE, 26 a 28.04.1995.
- 11) **Fórum de Debate: "Acesso à Justiça - Informatização - Celeridade Processual"**, Conselho da Justiça Federal, Centro de Estudos Judiciários, Recife/PE, 11 e 12.05.1995.
- 12) **XII Encontro Nacional de Juízes Federais, com tema base Justiça Federal - Aprimoramento e Reforma Constitucional**, Associação dos Juízes Federais do Brasil, Curitiba/PR, 07 a 10.09.1995.
- 13) **I Encontro Nacional de Juízes Federais Sobre Processo de Execução Fiscal**, Escola Superior da Magistratura Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, 10 a 12.12.1999.
- 14) **III Jornada de Estudos Tributários Avançados**, Academia Brasileira de Direito Tributário, São Paulo/SP, 08 e 09.11.2001.
- 15) **XVI Congresso Brasileiro de Direito Tributário**, Instituto Geraldo Ataliba, São Paulo/SP, 23 a 25.10.2002.
- 16) **XVII Congresso Brasileiro de Direito Tributário**, Instituto Geraldo Ataliba, São Paulo/SP, 08 a 10.10.2003.
- 17) **XX Congresso Brasileiro de Direito Tributário**, Instituto Geraldo Ataliba, São Paulo/SP, 25 a 27.10.2006.
- 18) **VIII Encontro de Magistrados Federais da 2ª Região RJ-ES 2007**, Tribunal Regional Federal da 2ª Região, 15 a 18.03.2007.

V – CURSOS DE FORMAÇÃO CULTURAL

- 01) **Inglês Básico/Intermediário**, Escolas Fisk, Natal/RN, no período de 1979 a 1983 (1º semestre).
- 02) **Inglês Básico/Intermediário**, Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa do Rio Grande do Norte, Natal/RN, no período de 1983 (2º semestre) a 1985.
- 03) **Inglês (Level 7 on the Eurocentres Scale of Language Proficiency which is equivalent to Level B2 on the Common European Framework of Reference for Languages – CEFR)**, Eurocentres London Central, London/England, no período de 07.04.2008 a 02.05.2008.

VI – CONCURSOS

- 1) Vestibular do Curso de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1987) - **primeiro lugar**.
- 2) Auxiliar Judiciário (cargo atualmente denominado Técnico Judiciário), em concurso promovido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região (1989) - **primeiro lugar**.
- 3) 3º Exame de Ordem da Seccional do Rio Grande do Norte, no exercício de 1991 - **primeiro lugar**.
- 4) Técnico Judiciário (cargo atualmente denominado Analista Judiciário), em concurso promovido pelo Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte (1991).
- 5) Auditor Fiscal do Tesouro Estadual, em concurso promovido pela Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado do Rio Grande do Norte (1991).
- 6) Juiz do Trabalho Substituto, em concurso promovido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região (1993) - **segundo lugar**.
- 7) Juiz Federal Substituto, em concurso promovido pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região (1993).
- 8) Professor Auxiliar, na Disciplina Direito Tributário, em concurso promovido pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN (1996) - **primeiro lugar**.

9) Exame de Seleção e Admissão ao Curso de Doutorado, promovido em 2006 pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, na Área de Concentração Neoconstitucionalismo (Linha de Pesquisa Estado e Constitucionalização do Direito) – **primeiro lugar**.

VII – DADOS PROFISSIONAIS

- 1) **Estagiário.** Empresa: Caixa Econômica Federal - Natal-RN. Estágio realizado na Justiça Federal - Secretaria da 1ª Vara, Seção Judiciária do Rio Grande do Norte (28.07.1987 a 26.06.1989).
- 2) **Diretor da Divisão de Assuntos Correcionais.** Órgão: Tribunal Regional Federal da 5ª Região - Recife/PE (27.06.1989 a 03.04.1990).
- 3) **Diretor da Divisão de Recursos Extraordinários, Especiais e Jurisprudência.** Órgão: Tribunal Regional Federal da 5ª Região - Recife/PE (04.04.1990 a 11.04.1991).
- 4) **Assessor Judiciário.** Órgão: Tribunal Regional Federal da 5ª Região - Recife/PE (12.04.1991 a 02.02.1992).
- 5) **Assessor de Juiz.** Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região - João Pessoa-PB (03.02.1992 a 31.03.1993).
- 6) **Diretor de Secretaria.** Órgão: Justiça Federal - Seção Judiciária do Rio Grande do Norte - Natal/RN (07.05.1993 a 27.05.1993).
- 7) **Auxiliar Judiciário (cargo atualmente denominado Técnico Judiciário).** Tribunais Regionais do Trabalho da 13ª e 21ª Regiões - João Pessoa/PB e Natal/RN (02.08.1990 a 27.05.1993 - durante todo este período, houve exercício de cargos em comissão).
- 8) **Juiz do Trabalho Substituto.** Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região - Natal/RN (28.05.1993 a 30.11.1993).
- 9) **Juiz Federal Substituto.** Órgão: Tribunal Regional Federal da 5ª Região, 1ª Vara da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte - Natal-RN (01.12.1993 a 12.03.1998).
- 10) **Juiz Federal.** Órgão: Tribunal Regional Federal da 5ª Região, 7ª Vara da Seção Judiciária de Pernambuco - Recife/PE (13.03.1998 a 08.06.1999). Forma de provimento: promoção por merecimento.

11) Juiz Federal. Órgão: Tribunal Regional Federal da 5ª Região, 6ª Vara da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte - Natal/RN (de 09.06.1999 a 02.07.2000). Forma de provimento: Remoção, a pedido.

12) Desembargador do Tribunal Regional Federal da 5ª Região – Recife/PE, de 03.07.2000 até a presente data. Forma de provimento: promoção por merecimento.

VIII – DOCÊNCIA

1) Professor de Direito Administrativo da Escola Superior da Magistratura do Rio Grande do Norte - ESMARN, de 1995 até 2000.

2) Professor Adjunto III (Disciplinas lecionadas: Direito Tributário e Direito Administrativo) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, de 12.03.1997 até a presente data.

3) Professor dos Cursos de Especialização em Direito Administrativo da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, de 2000 até 2011.

4) Professor Visitante da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, de 2001 a 2003 e 2009 a 2011.

IX – PARTICIPAÇÃO EM BANCAS EXAMINADORAS

1) Flávia Sousa Dantas Pinto. *Tributos, Tribunais e Políticas: Uma Análise Sistêmica da Participação Estratégica dos Tributos Nas Políticas Públicas.* 2010. Tese (Doutorado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

2) Giovanni Christian Nunes Campos. *A Tributação Indutora nos Regimes das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte Brasileiras.* 2010. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Pernambuco.

3) Roberta Walmsley Soares Carneiro Porto de Barros. *Controle Judicial da Concessão de Benefícios Fiscais.* 2011. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Pernambuco.

- 4) **Humberto Antônio Barbosa Lima.** *A Boa-Fé Objetiva na Concessão dos Incentivos Fiscais.* 2011. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- 5) **José Arruda de Miranda Pinheiro.** *A Eficácia no Ordenamento Jurídico Brasileiro da Responsabilização Penal da Pessoa Jurídica pela Prática de Crime Ambiental.* 2011. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- 6) **Marco Bruno Miranda Clementino.** *A Cooperação Jurídica Internacional em Matéria Penal-Tributária: Globalização e Novos Espaços de Juridicidade.* 2013. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade Federal de Pernambuco.
- 7) **Rodrigo Numeriano Dubourcq Dantas.** *O Novo Perfil da Relação Fiscal: Os Limites de Revisão dos "Autolançamentos" Elisivos pela Administração Fazendária.* 2013. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Pernambuco.
- 8) **Alexandre Henrique Salema Ferreira.** *Tributação e Realidade Socioeconômica: Uma Perspectiva Sistêmica Acerca da Questão dos Conteúdos Constitucionais Antagônicos.* 2013. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade Federal de Pernambuco.
- 9) **Vinícius Dantas Garcia.** *Contribuinte de Fato como Parte Legítima e Titular do Direito Material à Restituição de Tributo Indireto.* 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- 10) **Marcelo Navarro Mesquita Saraiva.** *Aspectos Controvertidos das Provas Ilícitas no Ordenamento Jurídico Pátrio.* 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- 11) **Juliana da Nóbrega Galvão Duarte.** *Análise dos Crimes Contra a Ordem Tributária à Luz da Convenção Americana sobre Direitos Humanos.* 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- 12) **Dandara Cordeiro de Oliveira Fernandes.** *A Responsabilidade Civil do Estado Enquanto Agente Financeiro nas Políticas Públicas habitacionais: CEF e o Programa Minha Casa Minha Vida.* 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

X – PARTICIPAÇÃO EM EXAMES DE QUALIFICAÇÃO EM PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO

- 1) **Eric Moraes de Castro e Silva.** *A convergência do sistema tributário internacional com o sistema multilateral do comércio e os reflexos no sistema tributário nacional.* 2013. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade de São Paulo.
- 2) **Martha Toribio Leão.** *O controle das normas tributárias indutoras: uma análise pautada no princípio da igualdade e na importância dos efeitos.* 2013. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade de São Paulo.

XI - ORIENTAÇÕES

- 1) **Marcelo Navarro Mesquita Saraiva.** *Aspectos Controversos das Provas Ilícitas no Ordenamento Jurídico Pátrio.* 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- 2) **Juliana da Nóbrega Galvão Duarte.** *Análise dos Crimes Contra a Ordem Tributária à Luz da Convenção Americana sobre Direitos Humanos.* 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

XII - OUTRAS ATIVIDADES

- 1) **Membro da Comissão de Seleção de Professor Substituto para a Disciplina de Direito Tributário.** Órgão: Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN – Natal/RN (1998).
- 2) **Juiz do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (Convocado).** Órgão: Tribunal Regional Federal da 5ª Região – Recife/PE. (01.02.1999 a 19.03.1999).
- 3) **Membro (Suplente) do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte.** Órgão: Tribunal Regional Eleitoral/RN – Natal/RN (09.06.1999 a 02.07.2000), em face de indicação feita pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

- 4) **Membro da Comissão Examinadora da 1ª Prova do IV Concurso para provimento de vagas do cargo de Juiz do Trabalho Substituto.** Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região – Natal/RN (2000).
- 5) **Membro da Comissão Examinadora do V Concurso para provimento de vagas do cargo de Juiz Federal Substituto.** Órgão: Tribunal Regional Federal da 5ª Região – Recife/PE (2001 - 2003).
- 6) **Presidente da 4ª Turma.** Órgão: Tribunal Regional Federal da 5ª Região – Recife/PE (Biênio Março 2003/Março 2005).
- 7) **Diretor da ESMAFE 5ª - Escola de Magistratura Federal da 5ª Região.** Órgão: Tribunal Regional Federal da 5ª Região – Recife/PE (Biênio Março 2003/Março 2005).
- 8) **Membro do Conselho Editorial da Revista da ESMAFE 5ª - Escola de Magistratura Federal da 5ª Região.** Tribunal Regional Federal da 5ª Região – Recife/PE (Biênio Março 2003/Março 2005).
- 9) **Membro da Comissão de Regimento.** Órgão: Tribunal Regional Federal da 5ª Região – Recife/PE (Biênios Março 2003/Março 2005 e Março 2005/Março 2007).
- 10) **Membro do Conselho de Administração.** Órgão: Tribunal Regional Federal da 5ª Região – Recife/PE (15.10.2003 a 29.03.2005).
- 11) **Corregedor-Geral do Tribunal Regional Federal da 5ª Região.** Órgão: Tribunal Regional Federal da 5ª Região – Recife/PE (Biênio Março 2005/Março 2007).
- 12) **Membro do Conselho de Administração.** Órgão: Tribunal Regional Federal da 5ª Região – Recife/PE (Biênio Março 2005/Março 2007 e de 17.12.2007 a 29.03.2009).
- 13) **Membro da Comissão Examinadora do IX Concurso para provimento de vagas do cargo de Juiz Federal Substituto.** Órgão: Tribunal Regional Federal da 5ª Região – Recife/PE (Abril/2007 – Março/2008).
- 14) **Diretor da Revista do Tribunal Regional Federal da 5ª Região.** Órgão: Tribunal Regional Federal da 5ª Região – Recife/PE (Maio 2007/ Março 2009).
- 15) **Presidente da 2ª Turma.** Órgão: Tribunal Regional Federal da 5ª Região – Recife/PE (Dezembro 2007/Março 2009).

16) **Presidente do Tribunal Regional Federal da 5ª Região.** Órgão: Tribunal Regional Federal da 5ª Região – Recife/PE (Biênio Março 2009/Março 2011).

17) **Membro Efetivo do Conselho da Justiça Federal.** Órgão: Conselho da Justiça Federal – Brasília/DF (Biênio Março 2009/Março 2011).

18) **Presidente do Conselho de Administração.** Órgão: Tribunal Regional Federal da 5ª Região – Recife/PE (Biênio Março 2009/Março 2011).

19) **Membro do Conselho de Administração.** Órgão: Tribunal Regional Federal da 5ª Região – Recife/PE (Biênio Março 2011/Março 2013).

20) **Membro (Efetivo) do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco.** Órgão: Tribunal Regional Eleitoral – PE (Biênio Junho 2011/Junho 2013).

21) **Membro do Conselho Editorial da Revista Jurídica In Verbis / Publicação Semestral dos Acadêmicos do Curso de Direito da UFRN.** Órgão: Centro de Ciências Sociais Aplicadas da UFRN – Natal/RN (jan/ ago 2012).

22) **Membro da Comissão para produzir o Manual Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal.** Órgão: Conselho de Justiça Federal (Junho/2012).

23) **Membro do Conselho Editorial da Revista Brasileira de Direito Administrativo e Regulatório.** Órgão: MP Editora Ltda – São Paulo/SP (2012).

24) **Membro da Comissão Examinadora do XIX Concurso Público para provimento de vagas do cargo de Juiz do Trabalho Substituto.** Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região – Recife/PE (2013).

XIII – INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NA DIREÇÃO DA ESCOLA, CORREGEDORIA, PRESIDÊNCIA DO TRF – 5ª REGIÃO E JUDICATURA.

1) Na direção da ESMAFE (2003/2005), descentralizou as atividades, criando núcleos nas seis Seções Judiciárias que integram a 5ª Região. Entre suas realizações: a promoção, em novembro de 2004, do I Encontro Nacional dos Diretores de Escolas de

Magistratura Federal, que reuniu cerca de trinta desembargadores federais e juízes federais de todo o País em torno do seminário “Estrutura das Escolas Judiciárias no Brasil”, em que expostos temas de interesse da instituição e apresentados painéis com a experiência das ESMAFEs nas cinco regiões da Justiça Federal; a introdução da Quinta Jurídica no calendário de eventos da ESMAFE5, evento mensal, realizado numa quinta-feira, de caráter científico e cultural, que reuniu magistrados, servidores e membros da comunidade jurídica local em torno de uma agenda de palestras, exposições, lançamentos de livros e momentos de arte, que, em sua primeira edição, homenageou o Ministro Castro Meira, do Superior Tribunal de Justiça, por ter sido o primeiro diretor da Escola; a promoção do Curso Prático de Iniciação à Magistratura aos magistrados aprovados no V Concurso.

2) **Na sua gestão na Corregedoria-Geral (2005/2007)**, incentivou o uso da Tecnologia da Informação nos processos. Citem-se, a exemplo, enquanto Corregedor: a) a substituição de grande parte dos livros cartorários em papel pelos livros eletrônicos; b) a realização de correições virtuais (diretamente do Gabinete da Corregedoria) junto aos Juizados Especiais Federais, o que implicou uma economia significativa de tempo e de recursos (já que reduzida a permanência do Corregedor e da sua equipe nas sedes das Seções Judiciárias); c) utilização de notebooks nas correições (físicas), abolindo, em definitivo, a anotação de dados dos processos correccionados em formulários impressos (tomando mais célere a elaboração dos relatórios respectivos); d) adoção da via eletrônica quando das comunicações (agilizando tal trâmite); e) geração de boletins estatísticos eletrônicos alusivos às Varas Federais (cujos dados passaram a ser coletados automaticamente do sistema, pondo fim à remessa, física ou virtual, de tais elementos pelos Juízes); f) desenvolvimento de relatório eletrônico referente ao tempo médio de tramitação dos processos nas Varas.

3) **Na Presidência do TRF – 5ª Região (2009/2011)**, sobressaem-se como marcos de sua gestão : a) a criação do sistema de precatórios eletrônicos; b) a implantação do Diário da Justiça Eletrônico, inicialmente na segunda instância; c) o desenvolvimento do Processo Judicial Eletrônico (PJe), projeto este adotado pelo CNJ para o desenvolvimento de um sistema processual único a ser utilizado por todas as esferas da Justiça; d) o 2º lugar (dentre os 91 tribunais no Brasil) no ranking das 10 Metas de Nivelamento propostas pelo CNJ para 2009, cumprindo 99,71% delas e tendo sido o único tribunal federal a entrar na lista dos 10 melhores de todo o ramo do judiciário.

4) **No Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco (2011/2013)**, na condição de membro efetivo, representou a magistratura federal, proferindo e participando de importantes julgamentos de processos nas primeiras eleições (2012) em que a Lei Complementar nº 135/2010 (Lei da Ficha Limpa) teve aplicação.

5) **Na magistratura, completou vinte anos de atuação em maio de 2013**, sendo treze deles dedicados ao Tribunal Regional Federal da 5ª Região, onde, após deixar a Presidência, em março/2011, passou a integrar a 3ª Turma, recebendo acervo com média de dois mil processos, reduzidos, em cerca de um ano, para menos de 300, contando, em seu gabinete, em 01.01.2014, com 257 feitos conclusos, o que corresponde aproximadamente a um mês de distribuição, havendo julgado, naquela Corte, de julho de 2000 a dezembro de 2013, 33.524 processos.

XIV – PALESTRAS E CONFERÊNCIAS PROFERIDAS

- 1) **Mandado de Injunção** - 1º Encontro de Direito Processual Civil, Penal e Trabalhista, UFRN e C.A. Amaro Cavalcanti, Natal/RN, dezembro/1992.
- 2) **Mandado de Segurança Coletivo - Legitimação e Interesse** - 1º Encontro de Juízes Federais Substitutos, Tribunal Regional Federal da 5ª Região, Recife/PE, março/1994.
- 3) **A lei pode e deve limitar a concessão de liminares em ação judicial?** - 1º Congresso Brasileiro de Direito Público - “Um tributo à memória de Geraldo Ataliba”, Natal/RN, novembro/1996.
- 4) **A Reforma Administrativa** - Seminário em homenagem ao Ministro José Augusto Delgado, promovido pela Procuradoria Geral do Estado do Rio Grande do Norte, Natal/RN, 05 a 07.03.1998.
- 5) **A Reforma Administrativa** - Centro de Estudos Juiz Hugo de Brito Machado, Justiça Federal, Seção Judiciária de Pernambuco, Recife/PE, 01.04.1998.
- 6) **O controle da legalidade dos atos do Estado** – Seminário sobre Improbidade Administrativa, promovido pela Fundação Escola Superior do Ministério Público, Natal/RN, 31.03.2000.
- 7) **Agravo de Instrumento** – Advocacia Geral da União, Brasília/DF, 19.07.2000.
- 8) **Responsabilidade Civil do Estado** – Aula Inaugural do Curso de Preparação à Carreira do Ministério Público, promovido pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público e pela Fundação Escola Superior do Ministério Público, Natal/ RN, 05.02.2001.

- 9) **Execuções Fiscais** - Curso Prático de Iniciação à Magistratura Federal, promovido pela Escola de Magistratura Federal da 5ª Região, Recife/ PE, 15.05.2001.
- 10) **Direito Administrativo** - Curso Preparatório à Prova Prática do Concurso de Procuradores do Estado do Rio Grande do Norte, promovido pela Fundação Escola Superior dos Procuradores do Estado do RN, Natal/ RN, 15.09.2001.
- 11) **Responsabilidade Civil do Estado** – Seminário “Conversando sobre Direito Administrativo”, promovido pela Pró-Reitoria de Extensão da UFRN, Natal / RN, 01.11.2001.
- 12) **Medida Cautelar Fiscal** – III Seminário Qualidade da Ação Fiscal, promovido pelo CENTRESAF/PE, Recife/PE, 12 a 14.12.2001.
- 13) **O Controle da Constitucionalidade em Face da Omissão Legislativa** – I Fórum de Direito Público, promovido pela UEPB, Campina Grande/ PB, 21 a 23.02.2002.
- 14) **Possibilidades de Sujeição Passiva** – III Seminário Nacional “Aspectos Formais e Materiais em Procedimentos Fiscais”, promovido pela Escola Superior de Administração Fazendária, Brasília/ DF, 11 a 14.11.2002.
- 15) **A Sujeição Passiva no Direito Tributário** – III Ciclo de Estudos Jurídicos da Justiça Federal em Petrolina, Petrolina/ PE, 2003.
- 16) **Eficácia das Liminares Concedidas Contra a Fazenda Pública** – Centro de Estudos Victor Nunes Leal da Advocacia-Geral da União, Recife/ PE, 02.10.2003.
- 17) **Tributação Ambiental** – Congresso “15 Anos da Constituição Federal e a Proteção ao Meio Ambiente”, promovido pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, Recife/ PE, 15 a 17.10.2003.
- 18) **Reforma Previdenciária** – II Ciclo de Debates Constitucionais do IESP, promovido pelo IESP, João Pessoa/ PB, 25 e 26.03.2004.
- 19) **O Desafio de uma Nova Escola de Magistratura** – I Encontro de Diretores dos Núcleos Seccionais da Escola da Magistratura Federal da 5ª Região, promovido pela ESMAFE 5ª Região, Recife/ PE, 30.11.2004.
- 20) **A Missão da Corregedoria** – Curso de Iniciação à Magistratura, promovido pela ESMAFE 5ª Região, Recife/ PE, 12.12.2005.
- 21) **A Missão da Corregedoria** – Curso de Iniciação à Magistratura, promovido pela ESMAFE 5ª Região, Recife/ PE, 24.01.2006.

22) **Controle Jurisdicional de Políticas Públicas** – Quinta Jurídica, ESMAFE – RN e IPDP – Instituto Potiguar de Direito Público, Natal/ RN, 06.04.2006.

23) **Tributos sobre Comércio Exterior** – Palestra de Abertura do Curso de Tributação sobre o Comércio Exterior, ESMAFE – CE, Fortaleza/CE, 02.05.2006.

24) **Limites do Controle Judicial dos Atos Discricionários** – Curso de Iniciação à Magistratura promovido pela ESMAFE 5ª região, Recife/ PE, 06.08.2007.

25) **Questões Tributárias: Temas Atuais** – I Seminário de Estudos Jurídicos da FARN, promovido pela Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN, Natal/ RN, 17.08.2007.

26) **Tribunal Regional Federal da 5ª Região – Concurso Público para Juiz** – Exposição na ESMAFE/PR, promovido pela ESMAFE/PR e pela APAJUFE, Curitiba/ PR, 13.09.2007.

27) **A realidade da Justiça virtual e do processo eletrônico para o Processo Civil e o Processo do Trabalho** – I Seminário de Processo Civil e Processo do Trabalho, promovido pela Universidade Potiguar (UNP), Natal/ RN, 18 e 19.10.2007.

28) **O Supremo Tribunal Federal e a harmonização entre os princípios federativo, da uniformidade tributária e da redução das desigualdades regionais** – Seminário Internacional sobre “Tribunales Constitucionales y Federalismo”, promovido pela Facultad de Derecho de la Universidad de Buenos Aires e pelo Foro de Federaciones, Buenos Aires/ Argentina, 27.03.2008.

29) **Princípios Federativo, da Uniformidade Tributária e da Redução das Desigualdades Regionais: Harmonização** – III Encontro Internacional de Direito Público, promovido pela Universidade Potiguar (UNP), Natal/ RN, 29.03.2008.

30) **Auxílio Direto como Alternativa de Cooperação Jurídica Internacional** – Mesa no Seminário Cooperação Jurídica Internacional, promovido pelo Centro de Estudos Judiciários (CEJ) do Conselho da Justiça Federal, Natal/ RN, 09.05.2008.

31) **Limite do Controle Judicial dos Atos Discricionários** – Palestra proferida no Curso de Iniciação à Magistratura, promovido pela Escola de

Magistratura Federal da 5ª Região (ESMAFE 5ª R), Recife/ PE, 21.05.2008.

32) Os Reflexos do Novo Código Civil no Direito Tributário – Quinta Jurídica, ESMAFE – RN e IPDP – Instituto Potiguar de Direito Público, Natal/ RN, 02.10.2008.

33) Federalismo, Reforma Tributária e Políticas Públicas: O Princípio da Eficiência na Arrecadação e Aplicação dos Recursos – 4º Encontro Internacional de Direito Público, Prime e AEC, Natal/ RN, 05.06.2009.

34) O Tribunal Regional Federal da 5ª Região – II Seminário Regional de Crédito Tributário Sub Judge, Secretaria da Receita Federal do Brasil, João Pessoa/ PB, 24.08.2009.

35) Tribunal Regional Federal da 5ª Região e o Processo Eletrônico: A Busca pela Celeridade e Transparência – Palestra proferida na Câmara Americana do Comércio – Amcham Brasil Recife, Recife/ PE, 29.10.2009.

36) Reforma Tributária: Políticas Públicas e a Construção da Cidadania – Palestra proferida no IX Encontro Nacional de Procuradores da Fazenda Nacional – Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional - SINTROFAZ, Praia do Forte/ BA, 12.11.2009.

37) Justiça Federal da 5ª Região: Interiorização e Aproximação com o Cidadão – Palestra proferida no Seminário Jurídico “Cinco Anos da Justiça Federal no Seridó” – Seção Judiciária do Rio Grande do Norte, Caicó/ RN, 04.03.2010.

38) Tributação e Redução das Desigualdades Regionais – Palestra proferida no Curso “Judiciário, Direito e Desenvolvimento Econômico”, promovido pela Escola de Magistratura Federal da 5ª Região (ESMAFE 5ª R), Recife/ PE, 29.04.2010.

39) Celeridade Processual: A Importância da Gestão, das Corregedorias e do CNJ – Palestra proferida no IX Encontro do Colégio de Corregedores e Ouvidores dos Tribunais de Contas do Brasil, promovido pelo Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco e pela Escola de Contas Públicas Prof. Barreto Guimarães, Recife/ PE, 29.04.2010.

40) Fim da Reeleição e o Mandato de 5 Anos – Palestra proferida no Curso de Aperfeiçoamento sobre Reforma Política e os Novos *Standards* no Direito Eleitoral, promovido pela Escola Judiciária Eleitoral do TRE/ PE e pela ESMAFE do TRF da 5ª Região, Recife/ PE, 18.08.2011.

41) A Jurisprudência do TRF5 e do STJ sobre Execuções Fiscais – Palestra proferida no Curso “Execução Fiscal: Aspectos Teóricos e Práticos”, promovido pela Escola da Magistratura Federal da 5ª Região – Núcleo Rio Grande do Norte, Natal/ RN, 20.04.2012.

42) Normas tributárias Indutoras e Desenvolvimento Regional – Palestra proferida no Seminário "Questões Atuais do Direito Tributário", promovido pelo Instituto Brasileiro de Direito Tributário, Recife/ PE, 13.06.2013.

XV – LIVROS PUBLICADOS

1) O Controle da Constitucionalidade na Omissão Legislativa: Instrumentos de Proteção Judicial e seus Efeitos. Curitiba: Juruá Editora, 2001.

2) A Extrafiscalidade e a Concretização do Princípio das Desigualdades Regionais. São Paulo: Quartier Latin, 2010.

XVI – CAPÍTULOS DE LIVROS

1) Importação e Exportação no Direito Brasileiro. Coordenação de Vladimir Passos de Freitas. 2ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

2) Seu Direito, Sua Garantia: Estudos Jurídicos, Políticos e Sociais em Homenagem ao Prof. Dr. Palhares Moreira Reis. Organização por Nelson Saldanha e Ivo Dantas. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2011.

3) Direito Constitucional – Os Desafios Contemporâneos – Uma homenagem ao Professor Ivo Dantas. Coordenação de Roberta Corrêa

de Araújo Monteiro e André Vicente Pires Rosa. Curitiba: Editora Juruá, 2012.

4) **Código Tributário Nacional Comentado: Doutrina e Jurisprudência.** Coordenação de Vladimir Passos de Freitas. 6ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.

XVII – ARTIGOS EM REVISTAS JURÍDICAS

1) **Mandado de Segurança Coletivo - Legitimação e Interesse** (Revista Trimestral de Jurisprudência dos Estados, vol. 103, p. 43/52; Revista Forense, vol. 319, p. 77/81; Revista dos Tribunais, vol. 687, p. 34/39; Revista Juruá de Jurisprudência Trabalhista, vol. 37, p. 53/59).

2) **Mandado de Injunção e Ação Direta de Inconstitucionalidade Por Omissão - Aspectos Distintivos** (Revista Forense, vol. 322, p. 45/49; Correio Brasiliense, Suplemento Direito e Justiça, edição de 19.07.1993; Revista Trimestral de Jurisprudência dos Estados, vol. 128, p. 21/32).

3) **O Sindicato Como Substituto Processual, Segundo a Ótica do Artigo 8º, Inciso III, da Constituição Federal** (Bit Revista, número 15, p. 38/41; Revista Forense, vol. 321, p. 69/73; Revista Juruá de Jurisprudência Trabalhista, vol. 36, p. 39/44).

4) **Ficta Confessio: Inaplicabilidade da Pena ao Empregado** (Bit Revista, número 24, p. 42).

5) **Os Novos Writs Constitucionais: Algumas Considerações** (Revista do Centro de Estudos Jurídicos da Justiça Federal/RN, vol. 1, p. 121/148).

6) **As Inovações do CPC no Processo de Execução: Questões Práticas** (Revista da Associação dos Juízes Federais do Brasil, nº 46, julho/1995, p. 49/52; Revista F3D - Decisões dos Tribunais Superiores, p. 99/108; Revista do Centro de Estudos Jurídicos da Justiça Federal/RN, vol. 2, Editora F3D, p. 99/108).

7) **O Novo Agravo: Breves considerações.** (Revista AJUFE, 1996, p. 30/33; Revista F3D - Decisões dos Tribunais Superiores, abril/1996, 08/125, p. 101/109; Revista do Centro de Estudos Jurídicos da Justiça Federal/RN, vol. 3, Editora F3D, p. 99/109).

8) A Limitação das Liminares: Violação à Lei Maior (Revista F3D - Decisões dos Tribunais Regionais, jan/1997, 02/32; Revista do Instituto de Pesquisas e Estudos, nº 19, Instituto Toledo de Ensino, Bauru/SP, p. 279-292; Revista dos Tribunais, vol. 755, p. 121/129; Revista do Centro de Estudos Jurídicos da Justiça Federal/RN, vol. 3, Editora F3D, p. 113/126).

9) O Restabelecimento do Alienante após a Transferência do Estabelecimento (Revista dos Tribunais, vol. 755, p. 133/141; Revista do Centro de Estudos Jurídicos da Justiça Federal/RN, vol. 5, Editora F3D, p. 265-281; Revista do Instituto de Pesquisas e Estudos, nº 23, Instituto Toledo de Ensino, Bauru/SP, p. 111/126).

10) O Direito Adquirido e as Emendas Constitucionais (Revista do Instituto de Pesquisas e Estudos, v. 42, 2005, p. 123/135; Revista ESMAFE, v. 8, 2004, TRF 5ª Região, p. 9/22; Revista CEJ/ RN, 1999, p. 65-79; Revista Trimestral de Direito Público, 22/1998, Malheiros Editores, p. 46/54; Revista Trimestral de Jurisprudência dos Estados, 170/1999, mai/jun, ed. Vellenich, p. 57/68).

11) A Contribuição do Direito Natural Para o Positivismo Jurídico (Revista ESMAFE 5ª Região, nº 04 de 2002, TRF 5ª Região, p. 25/35).

12) Possibilidades de Sujeição Passiva no Direito Tributário (Revista ESMAFE 5ª Região, nº 05 de 2003, TRF 5ª Região, p. 137/150; Revista CEJ/ RN, v. 7, 2004, p. 67/ 84).

13) Teto de Remuneração do Servidor Público: Agora é Pra Valer? (Revista do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, v. 4, 2004, p. 141/158; Revista ESMAFE 5ª Região, nº 06 de 2004, TRF 5ª Região, p. 31/47; Revista Fórum Administrativo – Direito Público, ano 4, n. 40, jun. 2004, p. 3956/3962; Revista do Instituto de Pesquisas e Estudos: Divisão Jurídica, Instituição Toledo de Ensino de Bauru, n. 40, mai/ago. 2004, p. 177/190).

14) A Intervenção Estatal Sobre a Economia e a Crise de 2008 (Revista CEJ, vol. 13, n. 47, out/ dez 2009, CEJ, p. 37-50; Revista Brasileira de Direito Administrativo e Regulatório, n. 02, 2010, MP Editora, p. 139-174; Revista do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, n. 100, nov/ dez 2012, p. 21 - 66; Revista do Ministério Público do Trabalho, n. 11, dez/2012, p. 155 - 190).

XVIII – PRÊMIOS E TÍTULOS RECEBIDOS

- 1) **Medalha do Mérito Judiciário “Djalma Aranha Marinho”** – Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região, Natal/RN, em 27.09.2002.
- 2) **Medalha do Mérito Profissional e Funcional “Miguel Seabra Fagundes”** – Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região, Natal/RN, em 27.09.2002.
- 3) **Medalha do Pacificador** – Comando Militar do Nordeste, Jaboatão dos Guararapes/ PE, em 25.08.2009.
- 4) **Troféu GERE – Empresário Armando Monteiro Filho** – Grupo de Executivos do Recife (GERE), Recife/ PE, em 27.08.2009.
- 5) **Comenda Padre João Ribeiro Pessoa de Mello Montenegro** – Prefeitura do Município de Paulista, Paulista/ PE, em 04.09.2009.
- 6) **Comenda da Ordem do Mérito Aeronáutico** – Ministério da Defesa – Comando da Aeronáutica, Brasília/ DF, em 23.10.2009.
- 7) **Medalha do Mérito Governador Dinarte Mariz** – Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte, Natal/ RN, em 06.11.2009.
- 8) **Troféu Orgulho de Pernambuco** – Diários Associados, Recife/ PE, em 30.11.2009.
- 9) **Medalha do Mérito Jurídico Professor Lourival Vilanova** – Procuradoria Geral do Estado de Pernambuco (PGE), Recife/ PE, em 04.12.2009.
- 10) **Diploma “Amigo da Região Matias de Albuquerque”** – Círculo de Amigos da Região Matias de Albuquerque (CARMA), Recife/ PE, em 19.02.2010.
- 11) **Comenda da Ordem do Mérito Militar** – Ordem do Mérito Militar, Brasília/ DF, em 19.04.2010.
- 12) **Comenda da Ordem do Mérito Naval** – Marinha do Brasil, Brasília/ DF, em 11.06.2010.
- 13) **Diploma “Amigo do Batalhão”** – 72º Batalhão de Infantaria Motorizado (Batalhão General Victorino Carneiro Monteiro), Petrolina/ PE, em 02.07.2010.
- 14) **Medalha Comemorativa em Celebração ao Ano Nacional de Joaquim Nabuco** – Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, Recife/ PE, em 18.08.2010.

15) **Medalha do Mérito Eleitoral Tavares de Lyra** – Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte, Natal/ RN, em 30.08.2010.

16) **Medalha de Prata Comemorativa dos Cento e Cinquenta e Cinco Anos de Fundação do Real Hospital Português de Beneficência em Pernambuco** – Real Hospital Português de Beneficência em Pernambuco, Recife/ PE, em 18.11.2010.

17) **Medalha do Mérito Nilo Coelho** – Tribunal de Contas do Estado, de Pernambuco, Recife/ PE, em 19.10.2011.

18) **Medalha da Ordem do Mérito Pontes de Miranda** – Tribunal Regional Federal da 5ª Região, Recife/ PE, em 15.08.2012.

19) **Diploma de Reconhecimento de Mérito** (“Workshop Estado Organizado versus Crime Organizado”) – Receita Federal do Brasil, Fortaleza/ CE, em 09.11.2012.

20) **Diploma de membro da Academia de Letras Jurídicas do Rio Grande do Norte (ALEJURN)** – Academia de Letras Jurídicas do Rio Grande do Norte, Natal/RN, em 07.06.2013.

21) **Diploma da Ordem do Mérito Procurador do Estado "Fernando de Miranda Gomes"** – Procuradoria Geral do Estado do Rio Grande do Norte, Natal/RN, em 14.04.2014.

XIX – DECLARAÇÃO

Declaro serem verdadeiras as informações por mim prestadas no presente *curriculum vitae*, assumindo, de plano, total responsabilidade pela comprovação da veracidade do que aqui foi elencado.

Recife, 11 de junho de 2014.


LUIZ ALBERTO GURGEL DE FARIA

CURRÍCULO RESUMIDO

LUIZ ALBERTO GURGEL DE FARIA

LUIZ ALBERTO GURGEL DE FARIA

Luiz Alberto Gurgel de Faria é desembargador federal do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF5), sediado no Recife, que tem abrangência sobre seis Estados nordestinos (Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Alagoas e Sergipe), Mestre e Doutor em Direito Público pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e do curso de especialização em Direito Administrativo da UFPE.

Cursou os ensinamentos fundamental, médio e superior em Natal, sendo aprovado em 1º lugar no vestibular de Direito da UFRN. Concluiu o curso de Direito no primeiro semestre de 1991, sendo orador de sua turma. De 1989 a 1992, exerceu diversos cargos de assessoria junto ao Tribunal Regional Federal da 5ª Região e ao Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região.

Aos 23 anos de idade, aprovado em 2º lugar, ingressou na magistratura, junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região, em Natal/RN, em maio de 1993. No dia 1º de dezembro do mesmo ano, após concurso público, ingressou na Justiça Federal, como juiz substituto da 1ª Vara da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte.

Em junho de 2000, aos 30 anos de idade, tornou-se o desembargador federal mais jovem do Brasil, promovido, por merecimento, para o TRF5, onde exerceu os cargos de diretor da Escola de Magistratura, presidente da Segunda e da Quarta Turmas, corregedor e diretor da Revista. Aos 39 anos, foi eleito presidente do TRF5 para o biênio 2009/2011, tendo tal mandato expirado em 30/03/2011. Durante esse período, integrou o Conselho da Justiça Federal, órgão que funciona junto ao Superior Tribunal de Justiça e tem como atribuição principal a supervisão orçamentária e administrativa da Justiça Federal de primeiro e segundo graus.

Na direção da ESMAFE5 (2003/2005), descentralizou as atividades, criando núcleos nas seis Seções Judiciárias que integram a 5ª Região. Entre suas realizações: a promoção, em novembro de 2004, do I Encontro Nacional dos Diretores de Escolas de Magistratura Federal, que reuniu cerca de trinta desembargadores federais e juízes federais de todo o País em torno do seminário "Estrutura das Escolas Judiciárias no Brasil", em que expostos temas de interesse da instituição e apresentados painéis com a experiência das ESMAFEs nas cinco regiões da Justiça Federal; a introdução da Quinta Jurídica no calendário de eventos da ESMAFE5, evento mensal, realizado numa quinta-feira, de caráter científico e cultural, que reuniu magistrados, servidores e membros da comunidade jurídica local em torno de uma agenda de palestras, exposições, lançamentos de livros e momentos de arte, que, em sua primeira edição, homenageou o Ministro Castro Meira, do Superior Tribunal de Justiça, por ter sido o

primeiro diretor da Escola; a promoção do Curso Prático de Iniciação à Magistratura aos magistrados aprovados no V Concurso.

Nas suas gestões na Corregedoria Regional e na Presidência do TRF da 5ª Região sempre incentivou o uso da Tecnologia da Informação nos processos.

Citem-se, a exemplo, enquanto Corregedor (2005/2007), a substituição de grande parte dos livros cartorários em papel pelos livros eletrônicos; a realização de correições virtuais (diretamente do Gabinete da Corregedoria) junto aos Juizados Especiais Federais, o que implicou uma economia significativa de tempo e de recursos (já que reduzida a permanência do Corregedor e da sua equipe nas sedes das Seções Judiciárias); utilização de notebooks nas correições (físicas), abolindo, em definitivo, a anotação de dados dos processos correicionados em formulários impressos (tornando mais célere a elaboração dos relatórios respectivos); adoção da via eletrônica quando das comunicações (agilizando tal trâmite); geração de boletins estatísticos eletrônicos alusivos às Varas Federais (cujos dados passaram a ser coletados automaticamente do sistema, pondo fim à remessa, física ou virtual, de tais elementos pelos Juízes); desenvolvimento de relatório eletrônico referente ao tempo médio de tramitação dos processos nas Varas.

São marcos da sua gestão na Presidência daquela Corte (2009/2011): a criação do sistema de precatórios eletrônicos; a implantação do Diário da Justiça Eletrônico, inicialmente na segunda instância; o desenvolvimento do Processo Judicial Eletrônico (PJe), projeto este adotado pelo CNJ para o desenvolvimento de um sistema processual único a ser utilizado por todas as esferas da Justiça; o 2º lugar (dentre os 91 tribunais no Brasil) no ranking das 10 Metas de Nivelamento propostas pelo CNJ para 2009, cumprindo 99,71% delas e tendo sido o único tribunal federal a entrar na lista dos 10 melhores de todo o ramo do judiciário.

No biênio 2011/2013, integrou o Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco (TRE/PE), na condição de representante da magistratura federal, proferindo e participando de importantes julgamentos de processos nas primeiras eleições (2012) em que a Lei Complementar nº 135/2010 (Lei da Ficha Limpa) teve aplicação.

Em maio de 2013, completou vinte anos de magistratura, sendo treze deles dedicados ao Tribunal Regional Federal da 5ª Região, onde, após deixar a Presidência, em março/2011, passou a integrar a 3ª Turma, recebendo acervo com média de dois mil processos, reduzidos, em cerca de um ano, para menos de 300, contando, em seu gabinete, em 01.01.2014¹, com 257 feitos conclusos, o que corresponde aproximadamente a um mês de distribuição, havendo julgado, naquela Corte, de julho de 2000 a dezembro de 2013, 33.524 processos.

¹ Disponível em: <<http://www.trf5.jus.br/documento/?arquivo=122013+Processos+conclusos+pag+10.pdf&tipo=est>>. Acesso em 10 fev. 2014.


Seu ingresso como docente da UFRN, no ano de 1997, ocorreu por concurso público no qual logrou o 1º lugar, na disciplina Direito Tributário.

Em coautoria com outros magistrados, publicou o *Código Tributário Nacional Comentado: Doutrina e Jurisprudência*, sob a coordenação de Vladimir Passos de Freitas (6ª edição, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013), *Importação e Exportação no Direito Brasileiro* (2ª edição, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007), também sob a coordenação de Vladimir Passos de Freitas, participando, ainda, de mais duas outras obras coletivas: *Seu Direito, Sua Garantia: Estudos Jurídicos, Políticos e Sociais em Homenagem ao Prof. Dr. Palhares Moreira Reis*. Organização por Nelson Saldanha e Ivo Dantas. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2011. *Direito Constitucional – Os Desafios Contemporâneos – Uma homenagem ao Professor Ivo Dantas*. Coordenação de Roberta Corrêa de Araújo Monteiro e André Vicente Pires Rosa. Curitiba: Editora Juruá, 2012. São de sua autoria exclusiva os livros *Controle da Constitucionalidade na Omissão Legislativa: Instrumentos de Proteção Judicial e seus Efeitos* (Curitiba: Juruá, 2001) e *A Extrafiscalidade e a Concretização do Princípio da Redução das Desigualdades Regionais* (São Paulo: Quartier Latin, 2010). Proferiu várias palestras e escreveu diversos artigos, publicados pelas mais conceituadas revistas jurídicas do País.

TERMO DE COMPROMISSO

Ao apresentar a minha candidatura ao honroso cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, comprometo-me, em caso de nomeação, a fixar domicílio pessoal e familiar em Brasília-DF, de modo a assegurar, com a minha presença permanente na cidade, a mais rápida e eficiente prestação jurisdicional quanto aos processos que me forem distribuídos; comprometo-me, ainda, a não me ausentar dessa sede, exceto em situação de manifesta e superior necessidade, bem como a não exercer nenhuma atividade profissional fora de Brasília.

Recife, 12 de fevereiro de 2014.



Luiz Alberto Gurgel de Faria
Desembargador Federal
TRF da 5ª Região

DECLARAÇÃO

Tendo sido indicado, no último dia 04 de junho, pela Excelentíssima Presidenta da República para o Cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, na vaga decorrente da aposentadoria da Ministra Eliana Calmon Alves, venho, para os fins do art. 383, I, "b", 3, do Regimento Interno do Senado Federal (alterado pela Resolução nº 41/2013) e do art. 1º, II, "c", do Ato nº 1/2007, da sua Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, DECLARAR que:

Apresento-me em situação de regularidade fiscal, nos âmbitos federal, estadual e municipal, conforme demonstram as certidões em anexo.

Recife/PE, 11 de junho de 2014.


LUIZ ALBERTO GURGEL DE FARIA

DECLARAÇÃO

Tendo sido indicado, no último dia 04 de junho, pela Excelentíssima Presidenta da República para o Cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, na vaga decorrente da aposentadoria da Ministra Eliana Calmon Alves, venho, para os fins do art. 383, I, "b", 1, do Regimento Interno do Senado Federal (alterado pela Resolução nº 41/2013) e do art. 1º, II, "a", do Ato nº 1/2007, da sua Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, DECLARAR que:

Inexistem parentes meus que exerçam ou tenham exercido atividades, públicas ou privadas, vinculadas à minha atividade profissional.

Recife/PE, 11 de junho de 2014.


LUIZ ALBERTO GURGEL DE FARIA

DECLARAÇÃO

Tendo sido indicado, no último dia 04 de junho, pela Excelentíssima Presidenta da República para o Cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, na vaga decorrente da aposentadoria da Ministra Eliana Calmon Alves, venho, para os fins do art. 383, I, "b", 2, do Regimento Interno do Senado Federal (alterado pela Resolução nº 41/2013) e do art. 1º, II, "b", do Ato nº 1/2007, da sua Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, DECLARAR que:

Não participo nem participei, como sócio, proprietário ou gerente, de empresas ou entidades não governamentais.

Recife/PE, 11 de junho de 2014.



LUIZ ALBERTO GURGEL DE FARIA

DECLARAÇÃO

Tendo sido indicado, no último dia 04 de junho, pela Excelentíssima Presidenta da República para o Cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, na vaga decorrente da aposentadoria da Ministra Eliana Calmon Alves, venho, para os fins do art. 383, I, "b", 4, do Regimento Interno do Senado Federal (alterado pela Resolução nº 41/2013) e do art. 1º, II, "d", do Ato nº 1/2007, da sua Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, DECLARAR que:

Não figuro como réu em ações judiciais e, como autor, integro apenas o Processo nº 0019079-76.2013.820.0001, contra a TAM Linhas Aéreas S/A, em tramitação perante o 9º Juizado Especial Cível da Comarca de Natal/RN, distribuído em 17/04/2013 e atualmente concluso para sentença, conforme extrato em anexo.

Recife/PE, 11 de junho de 2014.



LUIZ ALBERTO GURGEL DE FARIA

DECLARAÇÃO

Tendo sido indicado, no último dia 04 de junho, pela Excelentíssima Presidenta da República para o Cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, na vaga decorrente da aposentadoria da Ministra Eliana Calmon Alves, venho, para os fins do art. 383, I, "b", 5, do Regimento Interno do Senado Federal (alterado pela Resolução nº 41/2013) e do art. 1º, II, "e", do Ato nº 1/2007, da sua Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, DECLARAR que:

Não atuei nos últimos cinco anos em conselhos de administração de empresas estatais nem em cargos de direção de agências reguladoras, tendo exercido, no âmbito judicial, as seguintes atividades nesse período:

1) No Tribunal Regional Federal da 5ª Região, sediado em Recife/PE, em que atuo como Desembargador Federal desde 03.07.2000 (Cargo provido segundo o critério de merecimento), fui Presidente da Corte no biênio março 2009/março 2011 e Presidente, no mesmo intervalo, do Conselho de Administração, de que participei, como Membro, no biênio março 2011/março 2013;

2) Compus o Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco como Membro (Efetivo) no biênio junho 2011/junho 2013.

Registro, ademais, que, nos cinco anos anteriores à data da minha indicação para o Cargo de Ministro do STJ, desempenhei as funções próprias de Membro Efetivo do Conselho da Justiça Federal (biênio março 2009/março 2011), tendo também sido Membro da Comissão para produzir o Manual de Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal (junho/2012) e da Comissão Examinadora do XIX Concurso Público para provimento de vagas do cargo de Juiz do Trabalho Substituto da 6ª Região (2013).

Recife/PE, 11 de junho de 2014.


LUIZ ALBERTO GURGEL DE FARIA

Tendo sido indicado, no último dia 04 de junho, pela Excelentíssima Presidenta da República para o Cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, na vaga decorrente da aposentadoria da Ministra Eliana Calmon Alves, venho, para os fins do art. 383, I, "c", do Regimento Interno do Senado Federal (alterado pela Resolução nº 41/2013) e do art. 1º, III, do Ato nº 1/2007, da sua Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, expor, sucintamente, a minha trajetória, no intuito de demonstrar experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício das atividades próprias do referido cargo.

Ingressei na Magistratura em 28/05/93, como Juiz do Trabalho Substituto do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região (Natal/RN), tendo revestido-me dessa condição até 01/12/93, quando adentrei no âmbito da jurisdição do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (Recife/PE), na condição de Juiz Federal Substituto da 1ª Vara da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte, onde permaneci até 12/03/98.

Em 13/03/98, promovido por merecimento, passei a atuar como Juiz Federal da 7ª Vara da Seção Judiciária de Pernambuco, exercício ali findo em 08/06/99, quando regressei ao Rio Grande do Norte, mediante remoção a pedido, para desempenhar a judicatura perante a 6ª Vara Federal, da qual me desliguei em 03/07/2000, data em que fui investido na qualidade de Desembargador Federal do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, em que atuo atualmente.

No TRF - 5ª Região, fui Presidente de Turmas, Diretor da Escola de Magistratura Federal, Corregedor-Geral (março/2005 a março/2007), Presidente da Corte (março/2009 a março/2011) e Presidente do Conselho de Administração.

Na esfera do Conselho da Justiça Federal, figurei como Membro Efetivo (março/2009 a março/2011) e Membro da Comissão para produzir o Manual de Inspeção do CJF (junho/2012).

Operei, ainda, como Membro (Efetivo) do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco no biênio junho/2011 - junho/2013.

No plano acadêmico e de produção científica, tenho a destacar que sou Mestre e Doutor em Direito Público pela Universidade Federal de Pernambuco e exerci a docência na Escola Superior da Magistratura do Rio Grande do Norte - ESMARN e na Universidade Federal de Pernambuco, sendo, desde 12/03/97, Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Ademais, publiquei dois livros (O Controle da Constitucionalidade na Omissão Legislativa: Instrumentos de Proteção Judicial e seus Efeitos. Curitiba: Juruá Editora, 2001; A Extrafiscalidade e a Concretização do Princípio das Desigualdades

Regionais. São Paulo: Quartier Latin, 2010), além de ter sido também autor de capítulos de quatro outros livros, listados no meu *curriculum vitae*, tendo participado de bancas examinadoras, sido orientador de trabalhos de conclusão do Curso de Graduação em Direito, proferido várias palestras e conferências e publicado catorze artigos em revistas jurídicas.

Registro, por fim, que fui contemplado com prêmios e títulos, dentre eles:

- 1) Medalha do Mérito Judiciário “Djalma Aranha Marinho” – Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região, Natal/RN, em 27.09.2002;
- 2) Medalha do Mérito Profissional e Funcional “Miguel Seabra Fagundes” – Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região, Natal/RN, em 27.09.2002;
- 3) Comenda da Ordem do Mérito Militar – Ordem do Mérito Militar, Brasília/ DF, em 19.04.2010;
- 4) Medalha do Mérito Eleitoral Tavares de Lyra– Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte, Natal/ RN, em 30.08.2010;
- 5) Medalha da Ordem do Mérito Pontes de Miranda – Tribunal Regional Federal da 5ª Região, Recife/ PE, em 15.08.2012;
- 6) Diploma de membro da Academia de Letras Jurídicas do Rio Grande do Norte (ALEJURN) – Academia de Letras Jurídicas do Rio Grande do Norte, Natal/RN, em 07.06.2013.

Recife/PE, 11 de junho de 2014.


LUIZ ALBERTO GURGEL DE FARIA



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Secretaria da Receita Federal do Brasil

CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: LUIZ ÁLBERTO GURGEL DE FÁRIA
CPF: 663.587.014-87

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN, não abrangendo as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), objeto de certidão específica.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007.
Emitida às 18:40:45 do dia 10/06/2014 <hora e data de Brasília>.
Válida até 07/12/2014.

Código de controle da certidão: **1C8C.0BC4.34A3.6CDF**

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



GOVERNO
DO ESTADO DE
PERNAMBUCO

SECRETARIA
DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS FISCAIS

Número: 2014.000002906534-31

Data de Emissão: 10/06/2014

DADOS DO REQUERENTE

CPF: 663.587.014-87

Certificamos, observadas as disposições da legislação vigente e de acordo com os registros existentes neste Órgão, que o requerente supra identificado não possui débitos em situação irregular inscritos na Dívida Ativa do Estado de Pernambuco. A referida identificação não pertence a contribuinte com inscrição ativa no Cadastro de Contribuintes do Estado de Pernambuco.

A presente certidão não compreende débitos cuja exigibilidade esteja suspensa, nem exclui o direito da Fazenda Pública Estadual, a qualquer tempo, cobrar valores a ela porventura devidos pelo referido requerente.

Esta Certidão é válida até **07/09/2014**, devendo ser confirmada a sua autenticidade através do serviço "ARE VIRTUAL" do Site www.sefaz.pe.gov.br.

OBS: Inválida para Licitação Pública. A certidão válida para Licitação Pública, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, é a Certidão de Regularidade Fiscal.

**PREFEITURA DO RECIFE**

SECRETARIA DE FINANÇAS

Gerência Geral de Tributos Imobiliários, Arrecadação e Cobrança
Unidade de Arrecadação e Cobrança

Nº da Certidão

136918840**Certidão Negativa
Imobiliária**

1. Proprietário

LUIZ ALBERTO GURGEL DE FARIA

2. Sequencial do Imóvel

7397674

3. Inscrição Imobiliária

6.1755.225.03.0113.0063-1 PREDIAL

4. Natureza

5. Tributo

IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO - IPTU E/OU
TAXA LIMPEZA PÚBLICA - TLP

6. Endereço do Imóvel

RUA PROF JOSE BRANDAO, 410 APTO 1601 EDF. BOULEVARD RESIDENCE - JOSÉ N
BAIRRO BOA VIAGEM, CEP 51020180, RECIFE-PE

7. Valor Venal

R\$ 100.386,94

8. Valor Base de Lançamento

R\$ 100.386,94

9. Descrição

Certifico, de acordo com a legislação em vigor, que dos lançamentos existentes, o imóvel de que trata a presente certidão encontra-se com sua situação regular perante o erário municipal.

10. Ressalva

* * * * *

11. Validade/Autenticidade

Esta certidão é válida por 60 (sessenta) dias a contar da data de sua expedição e sua autenticidade deverá ser confirmada na página www.recife.pe.gov.br/certidao/autenticidade.

A Prefeitura do Recife se reserva no direito de cobrar quaisquer dívidas que porventura venham a ser apuradas posteriormente, relativas ao período a que se refere a presente certidão.

12. Código de Autenticidade




048.9153.8827

13. Expedida em

Recife, 06 de JUNHO de 2014

DADOS DO PROCESSO

Processo nº 0019079-76.2013.820.0001 (419 dias em tramitação)

	Nome	Identidade	CPF	Advogados	Endereço
Promovente	 LUIZ ALBERTO GURGEL DE FARIA	775.516 SSP/RN	663.587.014-87	Mostrar/Ocultar	Não disponível em consulta pública
	 ADRIANA MEDEIROS GURGEL DE FARIA	968.910 SSP/RN	595.364.464-72	Mostrar/Ocultar	Não disponível em consulta pública
Promovido	 TAM LINHAS AEREAS S/A		Não cadastrado	Mostrar/Ocultar	Não disponível em consulta pública
Testemunha	Nome	Identidade	CPF	Advogados	Endereço
Terceiro	Nome	Identidade	CPF	Advogados	Endereço





Proc. Principal	O Próprio	Proc. Dependentes	Recursos Originários/Ações Autônomas
Juízo:	9º Juizado Especial Cível Central Juiz: Sabrina Smith Chaves Lenzi		
Assunto:	Turismo « Contratos de Consumo » DIREITO DO CONSUMIDOR		
Complementares:	Procedimento do Juizado Especial Cível « Procedimento de Conhecimento » Processo de Conhecimento « PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO		
Classe:	NÃO		
Segredo de Justiça	NÃO		
Fase Processual:	CONHECIMENTO	Objeto	OBJETO NÃO CADASTRADO
Situação:		Data de Distribuição	17 de Abril de 2013 às 07:54:47
Valor da Causa:	R\$ 23.622,72	Último Evento	Juntada de Comprovante Intimação
Cartório Extrajudicial:		Prioridade	
Petições P/ Analisar:	0 petição(ões)	Prazos Para certificar em Vara	0 intimações cumprimentos do cartório



INEXISTENTE

Destacar movimentações realizadas por:





























<input type="checkbox"/> Magistrados	<input type="checkbox"/> Secretaria	<input type="checkbox"/> Advogados	<input type="checkbox"/> Ministério Público	<input type="checkbox"/> Cartórios Extrajudiciais	<input type="checkbox"/> Turma Recursal	<input type="checkbox"/> Outros
--------------------------------------	-------------------------------------	------------------------------------	---	---	---	---------------------------------

Navegar pelo Processo

 Nº	Eventos do Processo	Data	Perfil	Movimentado por	Arquivos/Observação
 50	Juntada de Comprovante Intimação	29/11/2013 11:11	Diretor de Secretaria	HANS CAVALCANTE HUGUENIN	
 49	Intimação lido(a) (Para TAM LINHAS AEREAS S/A) em 01/11/13 *Referente ao	29/11/2013 11:06	Diretor de Secretaria	HANS CAVALCANTE HUGUENIN	

	evento Intimação expedido(a) (16/10/13)				
48	Conclusos para Sentença	14/11/2013 14:01	Diretor de Secretaria	ALESSANDRA MARINHO DA SILVA ARRUDA	
47	Conclusos para \$TIPO_CONCLUSAO Decorrido prazo de Advogados de	14/11/2013 14:01	Diretor de Secretaria	ALESSANDRA MARINHO DA SILVA ARRUDA	
46	ADRIANA MEDEIROS GURGEL DE FARIA (Sem resposta) *Referente ao evento Audiência (01/11/13) Decorrido prazo de Advogados de LUIZ ALBERTO GURGEL DE FARIA (Sem resposta) *Referente ao evento Audiência (01/11/13) Decorrido prazo de Advogados de TAM LINHAS AEREAS S/A (Sem resposta) *Referente ao evento Documento expedido (16/10/13)	13/11/2013 23:59	Administrador do Sistema	SISTEMA CNJ	
45	ADRIANA MEDEIROS GURGEL DE FARIA (Sem resposta) *Referente ao evento Audiência (01/11/13) Decorrido prazo de Advogados de TAM LINHAS AEREAS S/A (Sem resposta) *Referente ao evento Documento expedido (16/10/13)	13/11/2013 23:59	Administrador do Sistema	SISTEMA CNJ	
44	ADRIANA MEDEIROS GURGEL DE FARIA (Sem resposta) *Referente ao evento Documento expedido (16/10/13)	04/11/2013 23:59	Administrador do Sistema	SISTEMA CNJ	
43	Juntada de Petição	04/11/2013 18:10	Advogado	ANA KARINI ANDRADE SAFIEH	
42	Intimação realizada em Cartório/Audiência (P/ Advgs. de ADRIANA MEDEIROS GURGEL DE FARIA)	01/11/2013 08:28	Técnico Judiciário	ANDERSON CLAYTON ALEXANDRE DOS SANTOS	
41	Intimação realizada em Cartório/Audiência (P/ Advgs. de LUIZ ALBERTO GURGEL DE FARIA)	01/11/2013 08:28	Técnico Judiciário	ANDERSON CLAYTON ALEXANDRE DOS SANTOS	
40	Audiência Conciliação Realizada Sem conciliação Intimação lido(a) (Por ADRIANA MEDEIROS GURGEL DE FARIA) teve sua leitura registrada automaticamente pelo sistema, por ter se passado o período máximo de tempo, de 10 dias, para leitura voluntária do destinatário, sem que este o tenha feito.) em 29/10/13 *Referente ao evento Audiência Conciliação Designada (18/10/13) Intimação lido(a) (Por LUIZ ALBERTO GURGEL DE FARIA) teve sua leitura registrada automaticamente pelo sistema, por ter se passado o período máximo de tempo, de 10 dias, para leitura voluntária do destinatário, sem que este o tenha feito.) em 29/10/13 *Referente ao evento Audiência Conciliação Designada (18/10/13)	01/11/2013 08:28	Técnico Judiciário	ANDERSON CLAYTON ALEXANDRE DOS SANTOS	
39	Intimação lido(a) (Por ADRIANA MEDEIROS GURGEL DE FARIA) teve sua leitura registrada automaticamente pelo sistema, por ter se passado o período máximo de tempo, de 10 dias, para leitura voluntária do destinatário, sem que este o tenha feito.) em 29/10/13 *Referente ao evento Audiência Conciliação Designada (18/10/13) Intimação lido(a) (Por LUIZ ALBERTO GURGEL DE FARIA) teve sua leitura registrada automaticamente pelo sistema, por ter se passado o período máximo de tempo, de 10 dias, para leitura voluntária do destinatário, sem que este o tenha feito.) em 29/10/13 *Referente ao evento Audiência Conciliação Designada (18/10/13)	30/10/2013 00:03	Administrador do Sistema	SISTEMA CNJ	
38	Intimação lido(a) (Por ADRIANA MEDEIROS GURGEL DE FARIA) teve sua leitura registrada automaticamente pelo sistema, por ter se passado o período máximo de tempo, de 10 dias, para leitura voluntária do destinatário, sem que este o tenha feito.) em 29/10/13 *Referente ao evento Audiência Conciliação Designada (18/10/13)	30/10/2013 00:03	Administrador do Sistema	SISTEMA CNJ	
37	Intimação lido(a) (Por ADRIANA MEDEIROS GURGEL DE FARIA) teve sua leitura registrada automaticamente pelo sistema, por ter se passado o período	30/10/2013 00:00	Administrador do	SISTEMA CNJ	

	máximo de tempo, de 10 dias, para leitura voluntária do destinatário, sem que este o tenha feito.) em 29/10/13 *Referente ao evento Intimação expedido(a) (16/10/13) Intimação lido(a) (Por LUIZ ALBERTO GURGEL DE FARIA) teve sua leitura registrada automaticamente pelo sistema, por ter se passado o período máximo de tempo, de 10 dias, para leitura voluntária do destinatário, sem que este o tenha feito.) em 29/10/13 *Referente ao evento Intimação expedido(a) (16/10/13) Intimação lido(a) (Por Tales Rocha Barbalho) em 23/10/13 *Referente ao evento Audiência Conciliação Designada (18/10/13)		Sistema		
36	Certidão expedido(a) Intimação lido(a) (Por Tales Rocha Barbalho) em 23/10/13 *Referente ao evento Intimação expedido(a) (16/10/13)	30/10/2013 00:00	Administrador do Sistema	SISTEMA CNJ	
35	Intimação expedido(a) (16/10/13) Intimação lido(a) (Por Tales Rocha Barbalho) em 23/10/13 *Referente ao evento Audiência Conciliação Designada (18/10/13)	23/10/2013 14:48	Advogado	Tales Rocha Barbalho	
34	Certidão expedido(a) Intimação lido(a) (Por Tales Rocha Barbalho) em 23/10/13 *Referente ao evento Intimação expedido(a) (16/10/13)	23/10/2013 14:44	Diretor de Secretaria	HANS CAVALCANTE HUGUENIN	
33	Intimação expedido(a) (16/10/13) Intimação expedido(a) (P/ Advgs. de TAM LINHAS AEREAS S/A)	23/10/2013 14:02	Advogado	Tales Rocha Barbalho	
32	Intimação expedido(a) (P/ Advgs. de TAM LINHAS AEREAS S/A)	18/10/2013 13:29	Técnico Judiciário	ANDERSON CLAYTON ALEXANDRE DOS SANTOS	
31	Intimação expedido(a) (P/ Advgs. de ADRIANA MEDEIROS GURGEL DE FARIA)	18/10/2013 13:29	Técnico Judiciário	ANDERSON CLAYTON ALEXANDRE DOS SANTOS	
30	Intimação expedido(a) (P/ Advgs. de LUIZ ALBERTO GURGEL DE FARIA)	18/10/2013 13:29	Técnico Judiciário	ANDERSON CLAYTON ALEXANDRE DOS SANTOS	
29	Audiência Conciliação Designada (Agendada para 1 de Novembro de 2013 às 08:15)	18/10/2013 13:29	Técnico Judiciário	ANDERSON CLAYTON ALEXANDRE DOS SANTOS	
28	Conclusões para Despacho Audiência Conciliação Realizada	16/10/2013 12:22	Técnico Judiciário	ANDERSON CLAYTON ALEXANDRE DOS SANTOS	
27	Sem conciliação Intimação expedido(a) (P/ Advgs. de TAM LINHAS AEREAS S/A)	16/10/2013 12:22	Técnico Judiciário	ANDERSON CLAYTON ALEXANDRE DOS SANTOS	
26	Intimação expedido(a) (P/ Advgs. de TAM LINHAS AEREAS S/A)	16/10/2013 10:21	Diretor de Secretaria	HANS CAVALCANTE HUGUENIN	
25	Intimação expedido(a)	16/10/2013 10:21	Diretor de Secretaria	HANS CAVALCANTE HUGUENIN	
24	HABILITAÇÃO ADMITIDA - Tales Rocha Barbalho 4020 N/RN (Advogado Habilitado) Promovido TAM LINHAS AEREAS S/A Intimação expedido(a) Para TAM LINHAS AEREAS S/A	16/10/2013 10:09	Diretor de Secretaria	HANS CAVALCANTE HUGUENIN	
23	*Referente ao evento Intimação expedido(a) (16/10/13)	16/10/2013 09:39	Diretor de Secretaria	HANS CAVALCANTE HUGUENIN	
22	Expedição de Intimação (Para TAM LINHAS AEREAS S/A)	16/10/2013 09:27	Diretor de Secretaria	HANS CAVALCANTE HUGUENIN	
21	Intimação expedido(a) (P/ Advgs. de ADRIANA MEDEIROS	16/10/2013 09:27	Diretor de Secretaria	HANS CAVALCANTE HUGUENIN	

	GURGEL DE FARIA)				
	20	Intimação expedido(a) (P/ Advgs. de LUIZ ALBERTO GURGEL DE FARIA)	16/10/2013 09:27	Diretor de Secretaria	HANS CAVALCANTE HUGUENIN
	19	Intimação expedido(a)	16/10/2013 09:27	Diretor de Secretaria	HANS CAVALCANTE HUGUENIN 
	18	Audiência Conciliação Designada (Agendada para 10 de Dezembro de 2013 às 08:30)	16/10/2013 09:18	Diretor de Secretaria	HANS CAVALCANTE HUGUENIN
	17	Audiência Conciliação Redesignada	16/10/2013 09:18	Diretor de Secretaria	HANS CAVALCANTE HUGUENIN
	16	Expedição de CUMPRIR p/ SECRETARIA	15/10/2013 12:14	Juiz de Direito	Sabrina Smith Chaves Lenzi
	15	Despacho	15/10/2013 12:14	Juiz de Direito	Sabrina Smith Chaves Lenzi 
	14	Conclusos para Pedido Urgência	15/10/2013 08:29	Diretor de Secretaria	ALESSANDRA MARINHO DA SILVA ARRUDA
	13	Conclusos para \$TIPO_CONCLUSAO	15/10/2013 08:29	Diretor de Secretaria	ALESSANDRA MARINHO DA SILVA ARRUDA
	12	Juntada de Requisição de Habilitação	15/10/2013 07:48	Advogado	Tales Rocha Barbalho 
	11	Juntada de Requisição de Habilitação	09/10/2013 16:12	Advogado	GUDDSON BARBALHO DO NASCIMENTO LEAO 
	10	Certidão expedido(a)	07/08/2013 14:13	Diretor de Secretaria	MILENA SILVA TEIXEIRA 
	9	Juntada de Comprovante Citação	17/05/2013 12:20	Diretor de Secretaria	PATRICIA KENIA DE MEDEIROS 
	8	Citação lido(a) P/ TAM LINHAS AEREAS S/A em 29/04/13	17/05/2013 12:19	Diretor de Secretaria	PATRICIA KENIA DE MEDEIROS
	7	Citação expedido(a) Para TAM LINHAS AEREAS S/A	19/04/2013 11:32	Técnico Judiciário	ZAMI AGUIAR DO NASCIMENTO JUNIOR 
	6	Expedição de Citação Para TAM LINHAS AEREAS S/A	17/04/2013 07:54	Administrador do Sistema	SISTEMA CNJ
	5	Intimação lido(a) (Para ADRIANA MEDEIROS GURGEL DE FARIA) em 17/04/13 *Referente ao evento Audiência Conciliação Designada (17/04/13)	17/04/2013 07:54	Administrador do Sistema	SISTEMA CNJ
	4	Intimação lido(a) (Para LUIZ ALBERTO GURGEL DE FARIA) em 17/04/13 *Referente ao evento Audiência Conciliação Designada(17/04/13)	17/04/2013 07:54	Administrador do Sistema	SISTEMA CNJ
	3	Audiência Conciliação Designada (Agendada para 15 de Outubro de 2013 às 09:00)	17/04/2013 07:54	Administrador do Sistema	SISTEMA CNJ
	2	Distribuído por Sorteio 9º Juizado Especial Cível Central	17/04/2013 07:54	Administrador do Sistema	SISTEMA CNJ
	1	Recebido pelo Distribuidor Origem: OAB8037NRN	17/04/2013 07:54	Advogado	ANA KARINI ANDRADE SAFIEH 

[Voltar](#)

[Config. Impressão](#) [Imprimir](#)

Aviso nº 213 - C. Civil.

Em 4 de junho de 2014.


A Sua Excelência o Senhor
Senador FLEXA RIBEIRO
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor LUIZ ALBERTO GURGEL DE FARIA, Juiz Federal do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, com sede na cidade de Recife, Estado de Pernambuco, para compor o Superior Tribunal de Justiça, no cargo de Ministro, na vaga destinada à Juizes Federais dos Tribunais Regionais Federais, decorrente da aposentadoria da Senhora Ministra Eliana Calmon Alves.

Atenciosamente,



ALOIZIO MERCADANTE
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Publicado no DSF, de 16/7/2014

Secretaria de Editoração e Publicações - Brasília-DF

OS: 13113/2014